

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Instituto
Sou da Paz | A paz
na prática

São Paulo, 29 de janeiro de 2023.

Ofício conjunto Instituto Sou da Paz e Instituto Igarapé (n.º 02/2024)

Ao

Exmo. Presidente da Câmara

Senhor Arthur Lira

Assunto: Solicitação de audiência com o presidente Arthur Lira sobre a Política Nacional de Controle de Armas e Munições

Vossa Excelência, Senhor Arthur Lira,

Como é do seu conhecimento, tanto o Instituto Sou da Paz quanto o Instituto Igarapé são entidades da sociedade civil ativas na área de segurança pública, empenhadas na promoção de políticas responsáveis para o controle de armas de fogo e munições. Ao longo de nossa trajetória, temos acompanhado de perto as discussões na Câmara, apresentando propostas para aprimorar o controle do acesso civil a esses artefatos.

No entanto, estamos preocupados com a retomada dessa agenda na Casa, especialmente diante de iniciativas que parecem enfraquecer os mecanismos que contribuíram para o aprimoramento desse controle ao longo dos anos. Diante desse cenário, o Instituto Igarapé e o Instituto Sou da Paz solicitam respeitosamente uma reunião com Vossa Excelência. O objetivo desse encontro seria ouvi-lo sobre a atual situação dessas pautas, compreendendo melhor a posição da Casa e buscando um diálogo construtivo sobre os desafios e oportunidades relacionados ao controle de armas de fogo e munições no país.

Em relação ao tema em questão, estamos atentos às discussões acerca do PDL 3/2023, que busca revogar os decretos 11.366 e 11.615 de 2023. Este último estabelece medidas para restringir o acesso e circulação facilitada de armas pela sociedade civil. Em 6 de dezembro de 2023, um requerimento de urgência para a apreciação dessas propostas pelo plenário foi apresentado, mas não foi aprovado. Entretanto, um novo requerimento com o mesmo teor (REQ n. 4.278/2023) foi proposto, podendo ser novamente submetido a votação durante a retomada das atividades legislativas. Essas movimentações têm suscitado preocupações, destacando a importância de salientar os impactos negativos caso o referido projeto seja aprovado.

O decreto 11.615/2023, que os PDLs buscam suspender, estabelece medidas como a restrição ao acesso de grande quantidade de armas e munições, em conformidade com princípios constitucionais e do Estatuto do Desarmamento. Além disso, reduz a potência das armas de uso permitido e restrito, possibilita consultas rápidas a registros por diferentes agentes de segurança pública e da Justiça, ampliando rastreamentos e investigações de crimes com armas de fogo. O decreto também avança ao alinhar-se com parâmetros que vigoraram entre 2003-2018, mantendo a possibilidade de manutenção de armas adquiridas antes de sua publicação.

Essas medidas não têm a intenção de proibir a compra de armas por civis, mas visam regular o acesso de maneira mais transparente, alinhada à realidade brasileira marcada por altos índices de violência armada. Conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no último ano, foi observada uma redução significativa em crimes como homicídios, latrocínio, roubo de carros, cargas e feminicídios. Ademais, não foram identificados os impactos negativos na economia, especialmente em clubes de tiro, conforme inicialmente previsto. Apesar da implementação da nova política de controle de acesso a armas, o número de estabelecimentos manteve-se praticamente inalterado em comparação com os registrados até 2022.

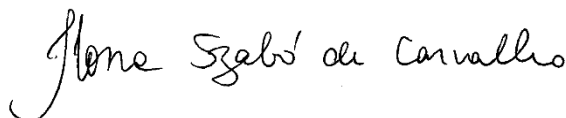
Acreditamos que, por meio dessa troca de informações e perspectivas, poderemos contribuir de maneira mais eficaz para a construção de soluções que promovam a segurança pública de forma equilibrada e responsável. Estamos à disposição para agendar a reunião conforme a disponibilidade de Vossa Excelência. Agradecemos antecipadamente pela atenção dispensada e esperamos poder contar com a oportunidade de discutir esses temas cruciais para a sociedade.

Atenciosamente,



Carolina de Mattos Ricardo

Diretora Executiva
Instituto Sou da Paz



Ilona Szabó

Presidente
Instituto Igarapé

Além de nós, subscrevem este ofício cidadãos que se somam à defesa da retomada de uma política de controle de armas e munições:

Armínio Fraga

Candido Bracher

Claudio Haddad

Daniel Goldberg

Denis Mizne

Guilherme Leal

Luciana Guimarães

Luis Stuhlberger

Marcos Lederman

Pedro Passos

Persio Arida

Theodomiro Dias Neto

Thiago Amparo